

Nas ruas com as baianas de acarajé: desafios, lutas e representatividade

Debora Simões de Souza Mendel*

Apresentação

Em 2004, o ofício das baianas de acarajé foi registrado como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No entanto, essa data marca um pequeno ponto em um grande percurso que envolve as vendedoras de comidas de tabuleiro, as receitas dessas comidas, os significados na esfera religiosa, a ocupação do espaço público, os objetos que compõem a imagem dessas trabalhadoras e seu ofício, entre outras questões. O bem de natureza imaterial foi assim definido pelo Iphan como:

É a prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia. [...] No início, todas as pessoas que produziam e comercializavam o acarajé eram iniciadas no candomblé, numa prática restrita a mulheres, em geral filhas-de-santo, dedicadas ao culto de Xangô e Oiá (Iansã). (Iphan, 2004, p. 1).

As baianas se articulam politicamente através da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo¹ e Similares do Estado da Bahia (Abam) e, em

* Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: debora.simoess@gmail.com.

1 Mulheres vestidas com a indumentária de baiana que trabalham na recepção de lojas, eventos ou festas.

menor proporção, da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab), buscando, assim, maneiras de valorizar seu ofício. É nessa articulação política que este artigo se concentra.

Serão abordados aqui os desafios e os dilemas enfrentados pelas baianas de acarajé e as possibilidades de ação das duas instituições que as representam. O texto se baseia nos modos como os indivíduos analisam a documentação, oral e escrita, produzida pelas instituições e nas formas como utilizam suas instalações. Por se tratar de um bem imaterial, faz-se necessário a apresentação de uma discussão, no decorrer do texto, sobre construção de identidade e usos políticos da categoria patrimônio.²

As reflexões apresentadas aqui são fruto de indagações surgidas na minha pesquisa de mestrado, que versa sobre o ofício das baianas de acarajé e a discussão patrimonial. A pesquisa insere-se no campo da história cultural. Assim, propus um diálogo entre a história e outro campo do conhecimento, a antropologia. Procurei seguir o caminho sugerido por Robert Darton (1986, p. 14), do “historiador etnógrafo”, que investiga a forma como os indivíduos “comuns” entendem o mundo. Esse tipo específico de historiador está concentrado na compreensão da alteridade e na interpretação das práticas produzidas no cotidiano.

De acordo com essa perspectiva, fiz uma observação etnográfica³ das baianas de acarajé na cidade de Salvador, principalmente no Pelourinho. Participei do cotidiano de algumas baianas, acompanhando-as no dia a dia da preparação e da venda das comidas de tabuleiro. O trabalho de campo foi realizado em 2012, mas contou com novas incursões nos anos posteriores. Isso posto, todas as entrevistas com as baianas e os baianos e as fontes escritas (sobretudo, as atas e estatutos das entidades) foram coletadas no contexto de trabalho de campo (Mendel, 2014).

O ofício pode ser definido como uma categoria operacional utilizada pelos representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em diferentes documentos (pareceres, certidões, relatórios, dossiês etc). Depois do recebimento do título, as baianas de acarajé utilizam o registro do ofício como uma maneira de valorizar seu trabalho. De acordo com Bitter e Bitar (2012), o registro de patrimônio é visto de forma positiva por elas, sobretudo no que se refere à legalização do seu ponto de venda do acarajé. Contudo,

2 Sobre a categoria jurídica de patrimônio, ver Bitar (2011).

3 Para uma discussão a respeito do método da pesquisa etnográfica, ver Peirano (1992).

é possível afirmar que as baianas entendem a patrimonialização como um “processo construído por elas, anterior ao registro. Diferentemente da categoria jurídica ‘patrimônio’, expressa pelo ‘ofício’, há uma multiplicidade de fatores que constituem as baianas e os seus acarajés” (Bitter; Bitar, 2012, p. 223).

A criação da Associação das Baianas e a questão de gênero

Na tarde de 19 de abril de 1992, na cidade de Salvador, Bahia, reuniram-se vinte pessoas para fundar a Associação das Baianas de Acarajé.⁴ Entre os objetivos propostos pela entidade, constavam: fornecer “aos consumidores um melhor padrão de qualidade e de higiene”; padronizar as vestimentas, tabuleiros e pontos de venda das baianas; realizar cursos de formação profissional, moral e econômica; gerenciar os respectivos produtos comercializados; e “representar, junto às entidades municipais e estaduais, os interesses da categoria” (Abam, 1992a, p. 1). A diretoria foi composta apenas por mulheres. Para a função de presidente e vice-presidente, foram eleitas Rosineide de Almeida Farias e Clarice de Souza dos Santos, respectivamente. A diretoria foi escolhida por unanimidade, por meio de uma votação no dia da fundação da associação. A ata previa a duração de três anos para cada diretoria. Porém, não ficaram registradas possíveis reeleições. Ainda nessa reunião, a presidente eleita apresentou o estatuto da entidade. O documento passou por votação e, subsequentemente, pela aprovação dos membros presentes.

Rita Ventura dos Santos, atual presidente da Abam, falou sobre as questões enfrentadas pela entidade ao longo dos anos, o seu envolvimento pessoal com a entidade e, conseqüentemente, sua inserção no ofício. Ela explicitou o processo de criação da instituição:

A Abam foi criada na casa da Clarice, porque a mãe da Clarice era baiana de acarajé e naquela época só existia o Culto Afro [Fenacab] para administrar isso, porque o Culto Afro é uma entidade que tem mais de sessenta anos e que cuida dos terreiros e também agregava as baianas, porque, naquela época, baiana de acarajé só podia ser de terreiro, então, baiana para vender

4 Em 1998, a instituição passou a ter atuação em outros municípios do estado da Bahia. Atualmente, há filiais em alguns estados brasileiros, como, por exemplo, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

na rua tinha que ser do Culto Afro. Só que eles tiveram um problema: eles pegaram as carteiras de trabalho das baianas e assinaram. Carteira assinada você tem direito a INSS. Um dia a mãe da Clarice ficou doente e a Clarice foi para o INSS com a mãe dela, chegou lá, apresentou a carteira da mãe dela assinada, queria todos os direitos, o INSS falou ‘não’. ‘A senhora recolle o INSS?’; ‘Não, mas minha carteira está assinada’. A Clarice não era baiana de acarajé, mas ficou revoltada, lutou muito. Clarice se revoltou, brigou muito com o Culto Afro. [...] Então ela resolveu abrir a associação. Ela disse que: ‘Um dia eu vou abrir uma associação para dar melhores recursos às baianas’. Foi por isso que a associação foi fundada: por causa dessa briga que a Clarice teve com o Culto Afro e o problema da mãe dela junto ao INSS. (Rita Ventura dos Santos, 2012).⁵

No quarto artigo do estatuto, encontram-se os objetivos da associação, entre os quais, citam-se: representar os associados diante das autoridades, visando à “defesa de seus direitos e reivindicações”; organizar as baianas de acarajé, com o intuito de conquistar melhorias nas condições de trabalho; gerar recursos dedicados à “assistência, à saúde, educação e ampliação dos negócios das baianas” de acarajé. Cabe também a essa entidade promover diálogos entre seus membros, através da organização de “atividades recreativas, culturais e profissionais destinadas a intensificar a solidariedade e melhorar o padrão dos serviços que prestam à população”; fiscalizar as atividades das baianas, com o objetivo de prevenir qualquer tipo de ação que agrida ou polua; denunciar aos órgãos competentes quando necessário; e, por fim, relacionar-se com outros segmentos da sociedade, sempre representando a categoria, em projetos que visem à consolidação da “ética, da democracia e justiça social”.

As narrativas construídas por muitas baianas de acarajé indicaram as ações da Abam relacionadas com os objetivos presentes no estatuto. A questão mais corrente se refere à concessão das licenças fornecidas pela prefeitura de Salvador, necessária para a atuação nos locais públicos. Sobre a dificuldade de conseguir a autorização, Nailton Barbosa Santana, o baiano de acarajé Cuca, frisa:

5 Rita esclareceu que a instituição promove ciclos de palestras sobre aposentadoria, mas não tem condições de pagar a contribuição para o INSS pelas baianas, até porque a taxa mensal que elas pagam à associação é de sete reais. Para ter direito à aposentadoria, as associadas precisam pagar à parte a contribuição para a previdência.

Eu lutei muito para ficar nos pontos. Todos os meus pontos foram licenciados pela prefeitura. Essa luta veio, agradeço muito a Associação das Baianas, especialmente a uma baiana chamada Clarice, que fez o meu primeiro cadastro. Na época eles [prefeitura] não liberavam cadastros para homens trabalharem no tabuleiro. (Nailton Barbosa Santana, 2012).

Cuca salienta o preconceito que viveu por ser homem em um ofício majoritariamente ocupado por mulheres. Enfatiza que o trabalho da comercialização das comidas de tabuleiro é familiar: ele começou a trabalhar com acarajé ainda na infância, quando ajudava a mãe. No passado, Cuca foi o único homem baiano de acarajé. Ele estabelece uma comparação entre uma época em que sofria muito preconceito e agora, quando há mais homens no ofício. Nas suas palavras: “Eu estou com trinta anos de acarajé. Eu comecei com doze anos, trabalhando com a minha mãe, que minha mãe também é do acarajé, e com dezesseis eu coloquei o meu ponto de acarajé” (Nailton Barbosa Santana, 2012).

A fala de Cuca destaca o papel da Abam no processo de obtenção das licenças dos seus pontos. Atualmente, ele tem três pontos em Salvador, nos bairros de Ondina, Barra e Rio Vermelho. Toda a família tem no acarajé a sua fonte de renda. Dessa forma, as quatro filhas do baiano fazem um sistema de rodízio em seus três pontos e ele sempre escolhe um para si, onde passa mais tempo. Cuca relata: “Minha mãe, minha avó, minha tia, minhas irmãs mais velhas e eu, todos os filhos foram criados no acarajé e todos vendem acarajé, tanto os homens como as mulheres”. E ainda complementa: “Minha mãe já tem cinquenta a sessenta anos de acarajé, é viva e vende, prepara a venda dela toda ainda, passou para as filhas. Eu tenho irmãs que têm pontos”. Para ele, o ofício “veio da família, da família toda, ninguém é empregado assim, de firma” (Nailton Barbosa Santana, 2012).

O homem que exerce uma função de líder num tabuleiro de acarajé tem sua legitimidade assegurada, pois seu papel é conservar o ofício na família, preservando-o no legado familiar. Gerlaine Martini aponta que a legitimidade desse homem “não vem do transformar-se em feminino, mas do perpetuar uma tradição vinda de família e protegida por uma divindade ancestral feminina” (Martini, 2007, p. 66).

Ainda sobre a atuação da Abam, Cuca comenta:

Uma reunião que teve no centro de convenções, eu fui justamente por isso, a presidente, chamada Clarice, ela disse que ia lutar para ter o meu registro

de homem vendendo, porque assim como tinha mulher prefeita, tinha polícia, tinha PM, e também iria ter baiano de acarajé. E ela lutou e conseguiu me registrar. Depois de mim veio vários, mas agora assim, em matéria de ser mais velho, de enfrentar muita coisa, é eu mesmo, não tem nenhum, eu enfrento, eu frequento muitas festas boas, faço muito evento, então eu sou conhecido mesmo há muito tempo. (Nailton Barbosa Santana, 2012).

Cuca estabelece com a Abam uma relação que pontua a luta e a vitória com a sua consequente consolidação no ofício. Para ele, a criação da associação foi positiva: “[...] foi bom porque ela conseguiu legalizar algumas coisas, tanto das baianas quanto dos baianos, porque muita coisa não tinha, mas se a gente não lutar por fora, a Abam não dá conta” (Nailton Barbosa Santana, 2012).

Em 2003, o novo estatuto da instituição manifestou que os homens poderiam ser associados. De acordo com o artigo 9º:

Podem ingressar na Abam, como sócios, os seguintes profissionais.
I – Baiana e Baiano de Acarajé; II – Baiana e Baiano de Mingau;
III – Baiana e Baiano de Receptivo; IV – Baiana e Baiano de ‘tabuleiros similares’: Beiju, Cocada, Pamonha, Pipoca.

O fato da Abam aceitar homens como sócios a insere num processo em que os baianos buscaram espaço num ofício predominantemente feminino. Lody (1979), ao descrever o trabalho das vendedoras de comida afro-baiana, no Rio de Janeiro e em Salvador, destaca o vínculo dessas vendedoras com as casas de candomblé. No decorrer da apresentação, o autor só faz referência ao gênero feminino.

Não é possível afirmar o momento exato em que os homens começaram a vender as comidas de tabuleiro. Florismar Borges (2008) ressalta que, no início, a ocorrência foi tratada com estranheza. A autora menciona um episódio em que um dirigente da Fenacab se recusou a fornecer o registro a um baiano de acarajé. Para Borges, o fato da instituição não associar homens reforça o conjunto de dificuldades enfrentadas por eles. O argumento expresso pela entidade era que, no candomblé, não se admitia que um homem ocupasse tal cargo, pois era trabalho exclusivamente de mulheres. A posição da entidade parecia apoiar-se numa ressalva de cunho econômico, na tentativa de criar uma reserva de mercado. Contudo, essa hipótese não foi confirmada nem descartada, pois, de acordo com Borges (2008), o representante da federação

não quis comentar o fato, argumentando que a fundamentação da questão era de caráter religioso e não econômico.

A suposta posição da instituição, que colocou o religioso como argumento, adentra o campo do possível, uma vez que questões da religiosidade afro-brasileira sejam consideradas como sua função principal. Como referido anteriormente, no passado, a federação associava baianas de acarajé porque elas eram filhas de santo em diversos terreiros e trabalhavam com comida de tabuleiro para juntar dinheiro para “fazer o santo”.⁶ No universo simbólico do candomblé, a questão do gênero carrega um sentido próprio, que tem ligação direta com a hierarquia, ou seja, o sexo influencia na estruturação dos cargos e funções desempenhadas no terreiro.

Casas de axé e filhas de Iansã: a Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro e as baianas de acarajé

No início do trabalho de campo, em Salvador, durante as conversas nos tabuleiros, descobri que a Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro cadastrava baianas de acarajé. É importante evidenciar que uma das diferenças significativas entre a Abam e a Fenacab é que esta só cadastra pessoas que trabalham com a comercialização de comida baiana em tabuleiro, excluindo, por exemplo, as baianas de receptivos. A federação é uma instituição de cunho religioso, centrada nas religiões afro-brasileiras, e, assim, começou a agregar baianas de acarajé porque no passado baiana de acarajé era sinônimo de filha de santo.⁷

No entanto, ser cadastrada em uma entidade não exclui o cadastro na outra. Nas narrativas das baianas foi muito comum a filiação em ambas as instituições. A baiana de acarajé Tânia contou que associou-se às duas instituições, enquanto sua mãe estava vinculada à Fenacab, na época em que trabalhava:

6 Outras expressões indicam que a pessoa foi iniciada no candomblé, como “fez o santo”, “fez a cabeça”, “é feita” ou “tem a cabeça feita”. Na vida religiosa dos adeptos das religiões de matrizes afro-brasileiras, os deuses escolhem as pessoas que vão ser suporte para que os orixás desçam à terra. É tarefa do ialorixá prepará-las para receber os orixás (Cossard, 2008).

7 No universo simbólico do candomblé, o acarajé é comida de Iansã. Está presente tanto nos terreiros durante as festividades em louvor à orixá quanto nos mitos relacionados a ela.

Bom, aqui, antes da Associação das Baianas de Acarajé, a Abam, existia o Culto Afro-Brasileiro, mas o Culto Afro-Brasileiro o nome já está dizendo, Afro. Sempre foi mais ligado ao candomblé. Por quê? Porque a baiana que estava no ponto estava ordenada pelo seu orixá, ela se iniciava no candomblé e o orixá, o dono da cabeça dela é que determinava o que ela iria fazer para manter ele. Porque a iniciante no candomblé, ela tem que manter depois de certo tempo, é tipo uma graduação de seu santo, que ela tem que fazer roupa, dar festa, dar comida, e muitas não tinham condições. [...] Até hoje não têm condições, recebem até ajuda de amigos. Então, assim, o dono da cabeça dessa iniciante é que determinava no jogo, a mãe de santo, a ialorixá joga, vai lá, joga e determina do que aquela iniciante vai trabalhar para manter, vender, fazer alguma coisa para manter a festa para... manter o orixá dela. (Tânia Bárbara Nery, 2012).

Tânia complementa que, mesmo sendo filha de uma associada à Federação do Culto Afro-Brasileiro, sua entrada no ofício se deu por necessidade financeira, advinda da criação dos filhos, e não por uma necessidade de “manter a festa para manter o orixá dela”. A baiana ainda explica o porquê de ficar associada às duas entidades e como a Abam atua: “É a Associação das Baianas que intervém pela baiana para tentar organizar, reorganizar, organizar a baiana e mantê-la no seu ponto. Então, fizemos... eu fiz a carteirinha da Associação das Baianas e fiquei com o Culto Afro por causa do axé” (Tânia Bárbara Nery, 2012).

Tânia indica como cada entidade agiu, fazendo uma comparação entre a Abam e a Fenacab. Quando fala da Abam, utiliza o verbo na primeira pessoa do plural: “Legalizamos tudo, foram mapeadas todas as baianas da cidade, que levou... que a associação levou os documentos para a SESP [Secretaria Municipal de Serviços Públicos] para poder legalizar a baiana no seu ponto”. Assim comenta a atuação da Fenacab:

O Culto Afro é mais ligado a quem é do axé, então, assim, não tinha estabilidade como a Associação de Baiana tem de organizar e brigar pela baiana. Se a SESP chegasse, nessa época do Culto Afro, e dissesse [...] que ia levar ou jogar o seu tabuleiro no chão, acabava jogando, nós não tínhamos o respaldo que nós temos hoje. Hoje nós temos alguém que pode brigar e discutir pela gente. (Tânia Bárbara Nery, 2012).

Este artigo não tem a pretensão de apresentar uma crítica ao trabalho da instituição, mas intenta exibir as formas de ação e articulação das duas entidades representantes das baianas de acarajé. Como já foi pontuado anteriormente, a Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro realiza um trabalho direto com os líderes de centros de umbanda e terreiros de candomblé. Segundo o seu boletim informativo de 2012:

A Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro, fundada em 24 de Novembro de 1946, hoje entidade de Utilidade Pública Municipal e Estadual, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, congrega as Casas de Culto a nível Nacional e Baianas de Acarajé regidas pela Constituição Estadual de 1989, Artigo 275 que oficializa a Bahia como o primeiro Estado a conhecer o Candomblé como religião. A Fenacab hoje tem 5.440 casas filiadas a nível nacional e internacional, com Coordenações Estaduais [...] e hoje já oficializadas Coordenações Internacionais em Portugal, Argentina, Suíça. (Fenacab, 2012).⁸

As baianas de acarajé fazem parte do conjunto que congrega também as casas religiosas. No estatuto da entidade é possível identificar entre seus objetivos essenciais o “de resgatar, preservar e divulgar a Religião Afro-brasileira, visando à manutenção cultural, moral e à preservação da essência fundamental da tradição religiosa”. O trabalho da federação é direcionado, substancialmente, à religião afro-brasileira; suas ações destinam-se sobretudo a atender demandas dos líderes e frequentadores dos cultos dessas religiões. Com mais de 65 anos de atuação, a entidade exibe inúmeras conquistas, a exemplo da participação na aprovação, pela Assembleia Legislativa do estado da Bahia, da instituição do dia 24 de novembro como o Dia do Sacerdote e Sacerdotisa de Religião de Matriz Africana.

É notável que a entidade religiosa possua forte atuação política e cultural, e recorra à esfera pública para legitimar o candomblé, como mostra a aprovação da lei. Ao analisar o papel desempenhado pela religião, particularmente a afro-brasileira, na vida de imigrantes brasileiros na Alemanha, Bahia (2012) evidencia a dimensão da produção simbólica e cultural presentes na esfera religiosa e ressalta as “relações entre esta produção e a construção de referências

8 Não se discutirá aqui a atuação da Fenacab na sua principal função, que é a filiação de casas de candomblé. A entidade será abordada neste espaço enquanto representante das baianas de acarajé.

para o processo de autoidentificação étnica” (Bahia, 2012, p. 232). Ela salienta, ainda, a importância da participação de líderes religiosos em eventos culturais e políticos, extrapolando a atuação no meio religioso e atuando em lugares e comemorações públicas consideradas como parte de uma cultura negra.

Bahia mostra como os bens culturais brasileiros são usados na Alemanha por muitos emigrantes. Mesmo quando possuem um trabalho formal, eles utilizam como renda auxiliar o trabalho com a cultura brasileira, como, por exemplo, em escolas de dança, música e capoeira. De modo geral, “a religião vai na bagagem dos brasileiros, quer como símbolo de fé, quer como ‘capital’ étnico e identitário” (Bahia, 2012, p. 232). O candomblé pode ser entendido como *locus* de fortalecimento de uma identidade negra. Nesse sentido, o líder religioso busca sua legitimidade mantendo ligação com o Brasil, que é o espaço de referência da africanidade.

No boletim da Fenacab, há uma apresentação sobre a comemoração do Dia da Baiana de Acarajé, “25 de Novembro, Dia da Baiana, o cartão-postal da cidade de Salvador”. Ela é símbolo de Salvador, para não falar símbolo da Bahia. A imagem de baiana de acarajé que se tem hoje é fruto de construções históricas e do esforço de se estabelecer uma identidade afro-baiana.

O processo de formação dessa identidade baiana é analisado por Osmundo Pinho (1998), que tem como foco principal os escritos de Jorge Amado e uma determinada literatura tradicional de glorificação da cultura baiana. A consolidação da imagem que se tem atualmente da Bahia foi e ainda é construída essencialmente pela mídia, buscando um referencial africano e tradicional do tempo do Brasil Colônia.

Pinho mostra que tal cultura não é o fruto natural de anos de estagnação econômica e isolamento cultural. No entanto, é um “aparelho de interpretação e definição de uma realidade social cruel e violenta, magicamente transformada em festiva e autoemulativa” (Pinho, 1998, p. 11). O autor conclui seu texto destacando o que representa a cultura política e seus usos:

Ao invés de um objeto natural e resultante da expressão espontânea de uma população considerada o modelo de ‘cultura baiana’, como um repertório de traços mais ou menos arbitrários, é um objeto discursivo construído e repostado como argamassa ideológica para a Bahia como comunidade imaginada e como ‘dissolvente’ simbólico de contradições raciais, de modo a concorrer para a construção do consenso político (hegemonia), base para a dominação. (Pinho, 1998, p. 11).

A questão da baiana de acarajé como cartão-postal da cidade de Salvador, presente no boletim da Fenacab, insere-se num contexto maior e mais significativo da construção da baianidade, que busca legitimar símbolos da cultura baiana. Patrícia Pinho (2004), na sua análise sobre a cultura negra na Bahia – formada por meio de processos dinâmicos ocorridos no interior do sistema do Atlântico Negro, em especial nas representações dos blocos afros da Bahia –, identifica a baiana de acarajé e as comidas de tabuleiro como produtos negros que fazem parte das trocas simbólicas estabelecidas entre países da diáspora africana.

A cultura negra de Salvador faz parte do quadro da cultura negra mundial, tanto como produtora quanto como exportadora de símbolos negros. Nesse sentido, Salvador tem se estabelecido como modelo de africanidade para a população negra de diferentes países da diáspora africana, como, por exemplo, a população negra norte-americana. A Bahia possui um duplo papel nesse contexto, um na busca de “objetos negros modernos no mercado internacional” (Pinho, 2004, p. 49) e outro na produção e venda de tradição.

No grupo de produtos étnicos negros produzidos e exportados pela Bahia, Lívio Sansone (2000) aponta que as baianas de acarajé, com suas comidas – que Sansone denomina de afro-baianas –, entram na categoria de produtos tradicionais, junto a imagens e objetos utilizados nos terreiros de candomblé, elementos relacionados à prática da capoeira e instrumentos de percussão.

As baianas de acarajé são apresentadas por Sansone dentro do processo de construção da representação da cultura negra baiana, ou mesmo dentro dos modos que começaram a ser entendidos como “típicos” dessa cultura. Assim, as baianas de acarajé tornaram-se o mais notável símbolo do africanismo na esfera pública. Aconteceu uma transformação, fruto de lutas e negociações, através da qual essas mulheres passaram de sujeitos indesejáveis a símbolo da cultura negra da Bahia. Na contemporaneidade, os turistas encantam-se pelas baianas de acarajé, com sua indumentária confeccionada com sofisticados panos da costa, os quais, segundo Sansone, são tidos como africanos legítimos, embora não sejam mais encontrados na África moderna. As baianas ficaram conhecidas por trazerem traços e elementos comuns nos terreiros de candomblé e nos tabuleiros.

No entanto, no passado, elas foram compreendidas de outras formas:

Socialmente perigosas, fofoqueiras, perniciosas, por causa de seus poderes de magia negra, e mesmo uma fonte de preocupações relacionadas à higiene pública. Lembrança visível de quão forte era a presença africana na Bahia. A partir dos anos 40, no entanto, as baianas tornaram-se personagens centrais nos romances do escritor Jorge Amado e na etnografia de Pierre Verger. (Sansone, 2000, p. 92).

Na entrevista com o atual secretário da Fenacab, o babalaxé Antoniel Ataíde Bispo, foi possível entender o porquê da entidade associar as baianas de acarajé ao seu conjunto de membros. Em sua construção narrativa acerca da relação com a Fenacab, Ataíde assim se expressou: “Eu sou um religioso afro, sou ogã,⁹ hoje sou um babalaxé¹⁰ e herdeiro de cargo de um terreiro¹¹ de religião de matriz africana”. E explicou:

Meu terreiro, eu sou babalaxé do terreiro Omin Natossi, eu sou um ogã há 45 anos confirmado. Um ogã só exerce a titularidade de um terreiro quando ele recebe o cargo pelo falecimento do ou da titular. Coincidiu que a minha mãe de santo, Isolida Ataíde de Araujo, ela faleceu há cerca de 19 anos, eu [...] sou ogã de Oxum, que através dela e o cargo ficou para mim. (Antoniél Ataíde Bispo, 2012).

O convite para entrar na entidade veio do presidente na época, por volta de 35 anos atrás. Num primeiro momento, ele exerceu o cargo de orador, o que mudou com a eleição subsequente, em que foi nomeado secretário, função que desempenha até hoje.

A federação tem as baianas de acarajé como associadas desde o período da fundação da entidade. Todavia, ocorreu uma transformação no ofício das baianas:

9 Ogã, cargo exclusivo de homens que geralmente desfrutam de certo prestígio social, é merecedor de respeito entre os devotos do candomblé e na sociedade em geral. Os ogãs têm funções diversas. Um exemplo é o ogã de terreiro, que auxilia o líder da casa na organização das cerimônias abertas ao público. Já o ogã ilu e o calofé são responsáveis pelos tambores (Cacciatore, 1977).

10 Babalaxé, comumente conhecido como pai de santo, é o responsável pelo terreiro, o sacerdote dirigente do candomblé (Cacciatore, 1977).

11 Terreiro Omin Natossi, localizado no bairro de Cidade Nova, em Salvador. Foi fundado em 1936 e pertence à nação Keto (Santos, 2008).

Tem uma diferença. Antigamente vender acarajé era uma atribuição de quem era iniciada, só de quem era iniciada poderia vender acarajé. Tanto que a baiana não vendia acarajé nos pontos, como você vê hoje em Salvador, em todo o estado da Bahia e em quase todo o Brasil. A baiana vende acarajé como comércio. Vender acarajé, vender cuscuz, vender mingau, vender víscera de boi, vender tudo isso era atividade, antigamente, no século XVI, quando a religião afro chegou na Bahia, que os orixás atribuíam às pessoas iniciadas, nem ogã ou nem o equede, não. Era uma atividade para que estas pessoas pudessem ganhar um dinheiro para a sua manutenção no terreiro, porque às vezes a pessoa levava um ano no terreiro. (Antoniél Ataíde Bispo, 2012).

Ele complementa indicando que, dependendo do orixá, “porque cada orixá estipulava uma coisa para que a pessoa vendesse”, e da pessoa responsável pelo terreiro, “sacerdotisa afro, hoje, ou sacerdote afro, a antiga mãe ou pai de santo preparava a venda e essa pessoa, geralmente, de preferência, era mulher, quem saía para vender”. Entre as comidas indicadas por Ataíde para a venda, estavam o acarajé e o abará, que, segundo ele, são “também servidas como oferendas para os orixás, não podem sair no sol, então, essas pessoas saíam após as 17 horas, mercando com o tabuleiro na cabeça, mercando e vendendo nas portas de casa”. Mais uma vez, o passado é invocado para demarcar a relação das religiões afro com o ofício, pois, segundo Ataíde, eram os orixás que atribuíam essa atividade às iniciadas e, com o auxílio da líder do terreiro, essas mulheres faziam a vendas das comidas, cujo lucro era direcionado para a manutenção delas no terreiro.

Antoniél Ataíde menciona que é muito comum encontrar baianas de acarajé nos pontos, por toda a cidade de Salvador e, ainda mais, por todo o estado da Bahia. De maneira geral, as narrativas sobre o início da comercialização das comidas de tabuleiro estão relacionadas a uma herança africana associada ao candomblé. Tal afirmação está pautada nas narrativas das baianas de acarajé que acompanhei no decorrer da pesquisa e em discursos presentes nas grandes mídias em que há uma valorização do ofício, com seleções e muitos “esquecimentos”. Geralmente, tais discursos dispensam os preconceitos e discriminações que muitas baianas de acarajé sofreram, num passado em que elas não eram símbolo da baianidade. É importante ressaltar que a imagem que se construiu e que hoje circula a respeito da baiana de acarajé insere-se num processo de mercantilização da cultura negra afro-baiana. Lívio Sansone (2000) destaca o movimento da criação de uma cultura negra como produto das interações ocorridas desde o começo, ou seja, desde a “deportação atlântica”;

o africano no Novo Mundo, da chegada até os dias atuais, tem passado por mutações e isso deve ser identificado como um fenômeno transnacional.

Os objetos ganharam novos significados com o passar do tempo, mas isso não ocorreu de forma espontânea; pelo contrário, é o processo de construção de cultura negra, no caso estudado por Sansone, as culturas negras baiana e carioca. No movimento de mercantilização de uma nova cultura negra (uma ação ativada interna e externamente), determinadas características e certos objetos são selecionados para representá-la “como um todo – para objetificá-la, tornando-a sólida e material” (Sansone, 2000, p. 87).

Entre os objetos e comportamentos mencionados por Sansone como estando em transformação no processo de mercantilização da cultura afro-baiana, encontram-se o conjunto de comidas baianas. De acordo com o autor, muitos dos folcloristas – como Hildegarde Viana, com seus escritos sobre a Bahia, publicados em 1979 – registraram que, na década de 1930, era possível identificar um “racismo culinário”, em que a classe média de pele clara classificava toda comida que tivesse na sua receita o dendê como suja, “nada saudável e adequada apenas aos negros”. Contudo, na década de 1940 ocorreram mudanças, com a exaltação, presente em diversas obras, da cozinha baiana, por causa da contribuição africana “à cozinha nacional brasileira – que é vista como um sistema que integra tal qual a ‘raça’ brasileira, três influências: o branco (majoritariamente descendente de português), o negro e o índio” (Sansone, 2000, p. 87). Atualmente, o dendê é totalmente aceito no dia a dia da população mais pobre e, até mesmo, em ocasiões especiais nas mesas da população de classe média e alta.

Abam e Fenacab: como pensar o ofício das baianas de acarajé

A Associação das Baianas de Acarajé e a Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro, como representantes das baianas de acarajé, enfrentam, debatem e tomam posicionamentos sobre diversas questões que cercam o ofício. Entre as mais polêmicas, estão o “bolinho de Jesus”,¹² a obrigatoriedade

12 Refere-se às vendedoras de acarajé que são seguidoras de igrejas neopentecostais. Trata-se de tema importante que atravessa a questão das baianas de acarajé, porém, não será analisado aqui devido aos limites de páginas do texto.

da utilização da indumentária de “baiana” nos pontos de acarajé, os homens donos de tabuleiros e outras.

Florismar Borges (2008) tratou da obrigatoriedade da indumentária baiana, discutindo episódios ocorridos no ano de 2001. Nesse ano, o vereador de Salvador Wanete Carvalho apresentou um projeto que associava a comercialização do acarajé à presença de uma vendedora vestida de “baiana”. Para o vereador, essa postura era importante para preservar a tradição: “sem baiana vestida a caráter, a comercialização do acarajé em postos de gasolina, padarias, bares, restaurantes, *shopping centers* e lojas de conveniência está descaracterizando a cultura local” (Francisco, 2001 apud Borges, 2008, p. 42). O projeto determinava que o não cumprimento da lei acarretaria o pagamento de uma multa. A proposta do vereador foi apoiada pela Fenacab e pelas baianas de acarajé. Porém, ele sofreu severas críticas do presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia, Néelson Dahia, que entendeu o projeto como um esforço de reserva de mercado.

Na mesma linha de propostas políticas, no ano de 2002, a Abam anunciou que, nas eleições daquele ano, apoiaria candidatos ao Congresso que proibissem a comercialização do acarajé em restaurantes, bares, lanchonetes e em todos os outros espaços que não os tabuleiros, ou seja, os pontos das baianas de acarajé. Clarice dos Anjos, que na época era presidente da entidade, reconheceu a dificuldade da proposta e, em entrevista a Paulo Cabral (apud Borges, 2008), publicada em 29 de agosto de 2002 pela BBC Brasil, expôs: “É briga de gente grande, porque são políticos que são também donos dos restaurantes. Então, queremos uma lei que garanta que o acarajé só vai poder ser vendido da maneira tradicional, no tabuleiro da baiana”. Borges (2008) conclui que a proposta lançada pela entidade não foi ouvida, nem mesmo considerada.

Em 2013, as baianas de acarajé enfrentaram uma disputa com os responsáveis pela Copa das Confederações no Brasil. Uma reportagem publicada em outubro de 2012 já levantava a possibilidade da Federação Internacional de Futebol (Fifa) não autorizar a venda de acarajé na Arena Fonte Nova, pois, segundo regulamentação da própria Fifa, não poderia haver concorrência de com os estabelecimentos que eram patrocinadores do evento esportivo. De acordo com a reportagem, a “Fifa recomenda[va] o afastamento dessa modalidade de comércio num perímetro de até dois quilômetros das praças de jogos” (Lemos, 2012). O jornalista tentou apresentar os dois lados da questão, o dos representantes da Fifa e o das baianas de acarajé, neste caso, a Abam. Rita Ventura dos Santos, presidente da instituição, declarou:

‘Até agora ninguém me chamou para conversar sobre a situação das baianas’. [...] Ela classifica como absurda a hipótese de não haver baianas vendendo acarajé na Fonte Nova. ‘Eram oito baianas lá dentro que tiveram que sair devido à obra. Agora que está tudo novo vão retirar as baianas? Todas tinham carteira.’ (Lemos, 2012).

Em contrapartida, a Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da Fifa Brasil (Secopa) informou que não havia confirmação do espaço em que as baianas de acarajé trabalhariam durante os jogos, nem mesmo se seria dentro do estádio. Todavia, Liliam Pitanga, chefe de gabinete da Secopa, afirmou que elas seriam honradas. A discussão sobre a inclusão ou exclusão das baianas de acarajé dos jogos da Copa das Confederações, na Arena Fonte Nova, contou com movimentações de diversos sujeitos políticos.

O debate teve repercussão internacional, incluindo notícias em jornais da Alemanha e Estados Unidos. Sobre essa questão, a Abam organizou um abaixo-assinado, que circulou na internet. Na verdade, a luta foi travada em várias frentes e contou com amplo apoio popular. Uma vertente foi a elaboração de documentos como a “carta do dendê”,¹³ com argumentos que justificavam a liberação da comercialização, citando o próprio registro do ofício como patrimônio imaterial do Brasil. Outra foram os protestos¹⁴ realizados pelas baianas de acarajé em frente ao estádio Arena Fonte Nova, e uma terceira foi a mobilização de políticos e personalidades do futebol, como o jogador Ronaldo, membro do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo.

A reportagem *O Brasil na Guerra do Acarajé*, apresentada no site do jornal *Sport.de*, da Alemanha, expõe a proibição da venda do acarajé na Copa. No início do texto, há uma comparação entre o acarajé e o *currywurst*, prato típico alemão: “Para os alemães, a salsicha com curry e fritas é o mesmo que o acarajé para os brasileiros, especialmente os do estado da Bahia, no nordeste do país” (Brasilien..., 2012, tradução livre). Há, na matéria, um resumo da importância do acarajé para a Bahia, com um pequeno histórico

13 A expressão “carta do dendê” pode ser encontrada nas páginas eletrônicas de dois jornais da Bahia: o *Bahia Já* (Franco, 2012) e o *Jornal Grande Bahia* (Deputada Benedita da Silva..., 2012).

14 Um desses protestos ocorreu em abril de 2013, no momento da inauguração oficial da Arena Fonte Nova, que teve a participação de importantes representantes políticos nacionais. A Abam organizou uma manifestação com oitenta baianas, que distribuíram acarajés nas proximidades do estádio, exibindo cartazes e entoando gritos de ordem, até que, por fim, conseguiram entregar a petição com mais de 17 mil assinaturas ao assessor da presidente Dilma Rousseff.

da comercialização do alimento e de sua origem africana – incluindo o significado da palavra *acarajá* –, bem como o posicionamento da Fifa e as movimentações para as possíveis mudanças. De acordo com o *Sport.de*, “há uma proteção legal garantida aos patrocinadores da Fifa, como, por exemplo, o MacDonalds. Enquanto isso, na Copa de 2014, o acarajé será afastado dois quilômetros do estádio, ou seja, teremos hambúrguer em vez do acarajé” (Brasilien..., 2012, tradução livre).

O fato de um jornal alemão publicar um artigo sobre o processo de impedimento da comercialização do acarajé na Copa das Confederações num estádio em Salvador constrói relações que são possíveis, somente, através dos meios de comunicação eletrônicos. Sobre a dimensão que as notícias podem tomar com a utilização dos meios de comunicações eletrônicos, Arjun Appadurai (2004) salienta que estes, atualmente, variam internamente e formam uma família complexa de ferramentas tecnológicas de produção e difusão de notícias e de entretenimento. As comunicações mediatizadas por computadores geraram novas possibilidades para “formas transnacionais de comunicação, passando, muitas vezes, à margem da vigilância intermédica do Estado-nação e de outros conglomerados midiáticos” (Appadurai, 2004, p. 258).

Em novembro de 2012, Benedita da Silva, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, pronunciou-se na Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre o processo de liberação das baianas e seus acarajés durante a Copa de 2014. Em suas palavras: “[...] é inimaginável que possam ser substituídas por sofisticados quiosques que não registram a identidade cultural, tradicional das vendedoras do acarajé” (Câmara dos Deputados, 2012a). Ela finalizou sua fala sobre o tema convocando os presentes a lutarem, porquanto a proibição prejudicaria diversas baianas de acarajé.

Depois de quase um mês, a comercialização do acarajé nos jogos no estádio baiano foi colocada em pauta em sessão na Câmara dos Deputados, agora por outro petista, o deputado Valmir Assunção. Ele apontou a importância de definir se as baianas de acarajé atuariam ou não nos demais jogos, em diferentes campeonatos, na Arena Fonte Nova, incluindo a Copa do Mundo de 2014, visto que a luta pela presença delas na Copa das Confederações tivera vitória, depois de muitos movimentos e articulações.

Passada a Copa das Confederações, as baianas tiveram que recomeçar o processo de reinserção no estádio, para continuarem a comercializar nos demais campeonatos, sem contar com a proibição pela prefeitura da sua

atuação na areia das praias de Salvador. O deputado Assunção destacou o título de patrimônio do ofício das baianas de acarajé e a importância do alimento como símbolo cultural da Bahia, “que tem suas origens nas próprias manifestações culturais e religiosas do povo de religião de matriz africana”. Ele terminou a discussão sobre o tema solicitando a divulgação desse debate na *Voz do Brasil* e em outros meios de comunicação da Câmara. Ao se analisar o ofício como elemento da cultura afro-baiana, está-se tratando de uma característica cultural negra e, sendo assim, as lutas apontadas anteriormente inserem-se nas demandas da população negra e na agenda política nacional. Fazendo isso, incluem-se as lutas empreendidas pela Abam como parte de um movimento maior, o movimento negro do Brasil.

Entre os movimentos de apoio à causa das baianas, está um samba composto pela Velha Guarda da Portela, divulgado na internet através de um vídeo. Nas redes sociais, algumas baianas de acarajé disseminaram o vídeo com a música como parte do movimento para impedir a proibição. Segue uma parte da letra da música:

Mac o quê, mac o quê, como é que pode ser?
Quando é que esse gringos entendem de azeite de dendê?
Esse poder do dinheiro, que o fato perdeu a razão
Abriram para todo Brasil uma tal de licitação
Ficaram loucos de vez, não têm consciência e nem menos axé
Querendo proibir que durante a copa nossas baianas façam acarajés
[...]
Vá fazer o seu hambúrguer, deixe o meu acarajé
Quem se mete na vida dos outros nunca terá bom axé
Por isto repito, não seja olho grande
Leve sua ideia pra lá
Prefiro as nossas baianas
Com o caruru e seu bom vatapá
Mac o quê, mac o quê, como é que pode ser?
Quando é que esses gringos entendem de azeite de dendê?

O vídeo com a gravação do samba está no YouTube (João Víctor Martins, 2012). Dessa forma, pessoas de diferentes lugares do mundo podem acessar notícias referentes a esse processo envolvendo as baianas de acarajé, criando, assim, interações sociais que independem de uma aproximação

territorial. Os “bairros virtuais” apresentados por Appadurai (2004, p. 259) seriam, para ele, os novos bairros que são criados pelas novas formas de comunicação eletronicamente mediatizadas e que não precisam de territórios, mas dependem do acesso ao *software* e *hardware* essenciais para conectar as redes internacionais de computadores.

Depois de uma série de movimentações, direcionadas pela Abam e com apoio de muitos, como foi mostrado anteriormente, decidiu-se que as baianas de acarajé poderiam comercializar o acarajé nos jogos da Copa de 2014, na Arena Fonte Nova, em Salvador. A vitória estendeu-se aos jogos da Copa das Confederações, ocorrida no Brasil em junho de 2013, em que seis baianas, com suas respectivas equipes, no total de vinte mulheres, puderam comercializar o acarajé na praça de alimentação do espaço. Rita Ventura dos Santos escreveu na página eletrônica da petição:

CONSEGUIMOS! Baianas têm espaço garantido na Copa de 2014! Depois de 8 meses de campanha, nós finalmente conseguimos dobrar uma das entidades mais fechadas do mundo. A FIFA voltou atrás e refez o projeto de alimentação da Arena Fonte Nova, incluindo quiosques para a venda de acarajé! Vimos que quando as baianas se mobilizaram, as pessoas apoiaram, e conseguimos levar a nossa história para todo o Brasil! Agora sabemos que com garra e determinação podemos dobrar até a FIFA!! Em nome das baianas, agradecemos a todas as 17.721 pessoas que defenderam a cultura brasileira e assinaram nosso abaixo-assinado! (Santos, s.d.).

O jornal da BBC no Brasil após o resultado do processo, produziu um artigo no qual apresenta a atuação de Rita dos Santos:

Antes mesmo de conhecer o resultado do jogo, [...] a carioca Rita Santos [...] já sabe de quem é a vitória. A conquista é dela mesma: após oito meses de reivindicação, balizada por amplo apoio popular, especialmente nas redes sociais, Rita convenceu a Fifa a franquear às baianas que vendem acarajé o acesso ao interior do estádio Fonte Nova, em Salvador, para a Copa das Confederações. (Barrucho, 2013).

O título do artigo já indica o caminho do texto: *Rita Santos, a “baiana do acarajé” que venceu a Fifa*. Luis Barrucho traz as ações desenvolvidas no decorrer do processo, e destaca a vida e a trajetória, na Abam, de Rita dos

Santos. Ela esclareceu que aquele espaço já era ocupado por baianas de acarajé havia muito tempo; na verdade, não se tratava de uma reivindicação para baianas *irem* para a Arena Fonte Nova, mas sim para elas *permanecerem* no lugar. Barton (2015) apresenta uma breve análise sobre a disputa entre a Fifa e as baianas de acarajé. As questões levantadas aqui foram enfrentadas de diferentes formas pela Abam e pela Fenacab como representantes das baianas de acarajé. Assim, entende-se as lutas dessas entidades como uma maneira de valorizarem esse ofício.

Considerações finais

As narrativas aqui exibidas se cruzam por identificarem movimentos de luta e consolidação das baianas de acarajé. O foco central deste estudo foi a articulação e as ações políticas das próprias baianas de acarajé. Apresentou-se, ainda, as maneiras como que elas se associam para valorizar e preservar o ofício. Cabe à Abam e à Fenacab representarem o grupo; por isso, no decorrer do texto, tratou-se da formação das instituições e do seu posicionamento em questões que envolvem as baianas de acarajé, como, por exemplo, a presença de homens no ofício. Identificou-se que as baianas de acarajé possuem um método próprio para valorizarem o ofício e que esse método está ligado a melhorias no cotidiano do tabuleiro, por meio de cursos, de alianças com empresas privadas, de embates com representantes de diferentes esferas políticas e de outras reivindicações cuja base é a manutenção das baianas nos seus pontos.

No desenvolvimento do trabalho de campo, baseado na metodologia de observação participante, foi possível identificar outro recurso que elas utilizam para preservar o ofício: o conhecimento da história e da origem africana, tanto do ofício como das receitas das comidas de tabuleiro. A concepção de que o acarajé veio do continente africano está presente em diversas narrativas. Foi muito comum, também, as baianas apresentarem a relação do acarajé e, conseqüentemente, do ofício com Iansã. As frases “Iansã é a dona do acarajé”, ou mesmo “Quem faz o acarajé é Iansã”, expressas em conversas sobre o surgimento da receita, reforçam a ideia que permeou todo este estudo: a relação das comidas de tabuleiro com a religiosidade afro-brasileira. Muitas vezes, as baianas de acarajé usam o fato de terem como mãe de cabeça Iansã para legitimarem sua posição no tabuleiro, como mostrou Tânia: “O *acarajé* é uma

comida trazida da África, um bolinho oriundo da África, dos meus ancestrais, comida dos orixás, de Iansã, dona da minha cabeça” (Tânia Bárbara Nery, 2012).

O registro do ofício das baianas de acarajé como patrimônio ocorreu por causa de uma série de transformações políticas e sociais, na forma de se reconhecer um bem, na preservação, na importância social e, sobretudo, em uma ação do Estado brasileiro para atender a uma demanda não apenas da população negra, que estava em luta, no contexto específico brasileiro (Santos, 2005). As narrativas de Rita dos Santos indicam que o registro do ofício é uma peça-chave na sua luta política. Segundo ela, o acarajé precisa ser cada vez mais valorizado, principalmente pelo caráter religioso. Ela salienta a necessidade das baianas de acarajé realizarem cursos, sobretudo aqueles que “tratam da nossa cultura negra e a origem do acarajé”. Em uma de nossas conversas, ela apresentou algumas lutas levadas a cabo pela associação, destacando, assim, um posicionamento político, segundo o qual ser baiana de acarajé não é apenas comercializar uma comida, mas principalmente fazer parte de uma prática cultural negra. As baianas de acarajé participam das discussões referentes às políticas públicas patrimoniais, trazendo à tona um fator religioso no espaço público, ou melhor, no campo político. Logo, é possível perceber a importância da religião na esfera pública e sua efetiva presença na vida social.

O ofício faz parte de uma dinâmica de busca e fortalecimento de uma identidade étnica por parte de um movimento que ocorre em diversas partes do mundo. O acarajé (e tudo que o cerca) compõe o conjunto de elementos tidos como “tradicionalmente africanos”, que transitam pelo Atlântico Negro, e é comercializado como comida de origem africana. As comidas de tabuleiro são fotografadas e expostas em feiras e fóruns de turismo étnico da Bahia como uma representação do que se deseja passar e vender para o mundo: a Bahia “Roma Negra”, “Meca da Negritude” (Pinho, 2004, 2010); ou seja, o espaço privilegiado das comidas de orixás. Em síntese, como me propus a demonstrar, o ofício integra o conjunto de símbolos e práticas culturais negros que foram constituídos nos fluxos e nas trocas presentes na diáspora pelo “Atlântico Negro” (Gilroy, 2012).

Referências

ABAM – ASSOCIAÇÃO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ. *Ata de Fundação da Associação das Baianas de Acarajé da cidade de Salvador no dia 19 de abril de 1992*. Salvador, 1992a, Livro 1, p. 1-3.

_____. *Ata da reunião realizada no dia 27 de julho de 1998*. Salvador, 1998, Livro [n.d.], p. 1.

_____. *Estatuto da Associação das Baianas de Acarajé da cidade de Salvador no dia 19 de abril de 1992*. Salvador, 1992b, Livro 1, p. 1-9.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.

BAHIA, Joana. “De Miguel Couto a Berlim”: a presença do candomblé em terras alemãs. In: PEREIRA, Glória Maria; PEREIRA, José de Ribamar Souza (Org.). *Migração e globalização: um olhar interdisciplinar*. Curitiba: CRV, 2012.

BARRUCHO, Luís Guilherme. Rita Santos, a ‘baiana do acarajé’ que venceu a FIFA. *BBC Brasil*, São Paulo, 20 jun. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130620_baiana_acaraje_rita_santos_perfil_lgb>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BARTON, Scott Alves. “Vem pras praias!”: baianas de acarajé e política do imaginário cultural. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA, 12., 2015, Lisboa. *Anais Eletrônicos do XII CONLAB*. Lisboa: UNL, 2015.

BITAR, Nina Pinheiro. *Baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

BITTER, Daniel; BITAR, Nina Pinheiro. Comida, trabalho e patrimônio: notas sobre o ofício das baianas de acarajé e das tacacazeiras. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 213-236, jul./dez. 2012.

BORGES, Florismar Menezes. *Acarajé: tradição e modernidade*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – UFBA, Salvador, BA, 2008.

BRASILIEN IM ACARAJE-‘KRIEG’. *Sport.de*, Münster, p. 1, 13. nov. 2012. Disponível em: <<https://www.sport.de/news/ne1869300/brasilien-im-acaraje-krieg/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CACCIATORE, Olga. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; SEEC, 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Discurso de Benedita da Silva na Câmara dos Deputados, na sessão do dia 19 de novembro de 2012]. *Câmara dos Deputados*, 19 nov. 2012a. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5>>

&nuSessao=329.2.54.O&nuQuarto=19&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:36&sgFaseSessao=BC&Data=29/11/2012&txApelido=BENEDITA%20DA%20SILVA,%20PT-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:36&txEtapa=#>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. [Discurso de Valmir Assunção na Câmara dos Deputados, na sessão do dia 5 de dezembro de 2012]. *Câmara dos Deputados*, 5 dez. 2012b. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=337.2.54.O&nuQuarto=49&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=12:36&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=05/12/2012&txApelido=VALMIR%20ASSUN%C3%87%C3%83O&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

COSSARD, Gisèle Omindarewá. *Awó: o mistério dos orixás*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios de história cultural francesa*. Tradução Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEPUTADA BENEDITA DA SILVA entra na luta das baianas de acarajé contra a FIFA. *Jornal Grande Bahia*, Feira de Santana, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2012/11/deputada-benedita-da-silva-entra-na-luta-das-baianas-de-acaraje-contr-a-fifa/>>. Acesso em: 1º maio 2012.

DIA DA BAIANA DE ACARAJÉ tem missa, cortejo e samba. *A Tarde*, Salvador, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1728680>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

FENACAB – FEDERAÇÃO NACIONAL DO CULTO AFRO-BRASILEIRO. *Estatuto da Fenacab*. Salvador: Fenacab, [s.d.].

_____. *Boletim informativo 2012*. Salvador: Fenacab, 2012.

FRANCO, Tasso. Carta do dendê vai exigir baianas do acarajé na Arena Fonte Nova. *Bahia Já*, Salvador, 6 dez. 2012. Disponível em: <<http://bahiaja.com.br/cultura/noticia/2012/12/06/carta-do-dende-vai-exigir-baianas-do-acaraje-na-arena-fonte-nova,54811,0.html#.UqcH6NJDtpo>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes/Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

IPHAN – INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Ofício das Baianas de Acarajé*: livro de registro dos saberes. Brasília: Iphan, 2004a.

_____. *Registro do Ofício das Baianas de Acarajé em Salvador, BA*. Processo nº 01450.008675/2004-01. Relator Roque de Barros Laraia. Salvador: Iphan, 2004b.

JOÃO VÍCTOR MARTINS [canal]. PQD – Samba do Mec (Centro Cultural Cartola) [vídeo]. *YouTube*, 21 nov. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y-y4_ZXAcmc&feature=plcp>. Acesso em: 30 jun. 2018.

LEMOS, Davi. Regra da FIFA ameaça venda de acarajé em jogos da Copa 2014. *A Tarde*, Salvador, 3 out. 2012. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1457744-regra-da-fifa-ameaca-venda-de-acaraje-em-jogos-da-copa-2014>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LODY, Raul. *Santo também come*: estudo sociocultural da alimentação cerimonial em terreiros afro-brasileiros. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

MARTINI, Gerlaine Torres. *Baianas do acarajé*: a uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia) – UnB, Brasília, DF, 2007.

MENDEL, Debora Simões de S. “Tem, tem, a baianinha tem”: de prática cotidiana, comida de orixás a patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em História Social) – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

PEIRANO, Mariza G. S. A favor da etnografia. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 17, n. 1, 1992.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. “A Bahia no fundamental”: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100007>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PINHO, Patrícia de Santana. *Mama Africa*: reinventing blackness in Bahia. Durham: Duke University Press, 2010.

_____. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 87-119, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132000000100004>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *Mapeamento dos terreiros de candomblé de Salvador*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), 2008.

_____. *O poder da cultura e a cultura no poder*: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Rita. Queremos baianas e acarajés na Copa de 2014 #baianasnacopa [abaixo-assinado on-line]. *Change.org*, [s.d.]. Disponível em: <<http://change.org/pt-BR/peti%C3%A7%C3%B5es/queremos-baianas-e-acaraj%C3%A9s-na-copa-de-2014-baianasnacopa>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Fontes orais

BISPO, Antoniel Ataíde [63 anos]. [jul. 2012]. Entrevistadora: Debora Simões de S. Mendel. Salvador, BA, 18 jul. 2012.

NERY, Tânia Bárbara [48 anos]. [jul. 2012]. Entrevistadora: Debora Simões de S. Mendel. Salvador, BA, 21 jul. 2012.

SANTANA, Nailton Barbosa [51 anos]. [jul. 2012]. Entrevistadora: Debora Simões de S. Mendel. Salvador, BA, 5 jul. 2012.

SANTOS, Rita Ventura dos [56 anos]. [jul. 2012]. Entrevistadora: Debora Simões de S. Mendel. Salvador, BA, 18 jul. 2012.

Resumo: Em 2004, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) registrou o ofício das baianas de acarajé como patrimônio cultural do Brasil. Trata-se de um marco no processo de reconhecimento dos modos de saber fazer de um grupo de mulheres. Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre as baianas de acarajé e as instituições às quais elas estão associadas enquanto categoria. Para tanto, observa-se a criação e os principais objetivos e dilemas da Associação das Baianas de Acarajé (Abam) e da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab). Também são mapeados os modos e as formas como as baianas de acarajé se relacionam com as duas entidades, por meio da análise de documentação oral (entrevistas) e escrita (principalmente atas, estatutos e boletim informativo). Ademais, é apresentada uma discussão sobre construção de identidade e usos políticos da categoria de patrimônio imaterial, tendo em vista o título de patrimônio conquistado pelas baianas de acarajé.

Palavras-chave: Baianas de acarajé. Salvador. Associação das Baianas de Acarajé. Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro. Patrimônio. Identidade.

Out in the streets with *baianas de acarajé*: challenges, struggle and representativeness

Abstract: In 2004, Brazil's Institute for National Historical and Art Heritage (IPHAN) listed the work of *baianas de acarajé* as cultural heritage. It was a milestone in the process of recognizing the know-how of a group of women. This article discusses the relationship between *baianas de acarajé* and the institutions of which they are members as an occupational category. It looks into the creation, the main objectives, and the dilemmas faced by the Association of Baianas de Acarajé (ABAM) and the National Federation of Afro-Brazilian Religion (FENACAB). It also uses oral documents (interviews) and written documents (mainly minutes, statutes and newsletter) to map the ways and forms in which *baianas de acarajé* relate to both organizations. Furthermore, it presents a discussion on identity construction and political uses of the category of intangible heritage, considering the heritage status acquired by *baianas de acarajé*.

Keywords: Baianas de acarajé. Salvador. Association of Baianas de Acarajé. National Federation of Afro-Brazilian Religion. Heritage. Identity.

Recebido em 20/02/2018

Aprovado em 11/06/2018